

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.048, DE 2024

Dispõe sobre critérios para composição dos efetivos das forças de segurança pública.

Autor: Deputado GENERAL PAZUELLO

Relatora: Deputada BIA KICIS

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado GENERAL PAZUELLO, o qual dispõe sobre composição dos efetivos das forças de segurança pública. A proposição institui critérios objetivos para dimensionar os efetivos das forças de segurança pública, estabelecendo parâmetros mínimos para a sua composição, considerando as especificidades de cada unidade federativa, e promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos humanos na área de segurança.

Na esfera federal, o projeto sugere que a soma dos integrantes ativos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal Federal seja, no mínimo, equivalente a 0,02% da população brasileira. Esse percentual busca corrigir a defasagem atual, uma vez que, em 2023, esses profissionais representavam cerca de 0,01% da população nacional.

Para os Estados-membros e o Distrito Federal, o texto propõe percentuais escalonados conforme a população local: a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da população para unidades federativas com menos de 1 milhão de habitantes; b) 0,4% (zero vírgula quatro por cento) para aquelas com população entre 1 milhão e 10 milhões; c) 0,3% (zero vírgula três por cento) para unidades federativas com mais de 10 milhões de habitantes.



Esses percentuais abrangem os efetivos somados da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Perícia Técnica, da Polícia Penal e dos agentes de trânsito. A proposta permite ajustes nesses índices, considerando fatores como número de municípios, extensão de fronteiras e taxas de homicídios, visando atender às particularidades regionais.

O projeto também introduz os conceitos de "nível mínimo", "nível recomendado" e "nível ampliado" para o dimensionamento dos efetivos, permitindo que os entes federativos ajustem seus quadros conforme indicadores como alta taxa de homicídios, grande número de municípios, densidade populacional elevada, extensão de fronteiras e área territorial extensa.

Na justificação, o Deputado GENERAL PAZUELLO argumenta que a ausência de critérios objetivos para o dimensionamento dos efetivos das forças de segurança pública no Brasil compromete a eficácia das instituições responsáveis pela ordem pública. Ele destaca que, embora haja debates sobre a proporção ideal de policiais por número de habitantes, não existem recomendações oficiais de organismos internacionais sobre o tema. Atualmente, a taxa de policiais por mil habitantes no Brasil é de aproximadamente 2,45, excluindo as polícias federais, legislativas e guardas municipais.

Diante desse quadro, a proposta visa estabelecer diretrizes para o dimensionamento dos efetivos das forças de segurança pública, promovendo uma distribuição mais equitativa e eficiente dos recursos humanos, alinhada às necessidades específicas de cada região do país.

Sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) e ao regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD), a matéria foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião realizada em 29 de outubro de 2024, concluiu pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei nº 2.048/2024, nos termos do voto



do Relator, Deputado Sanderson. Referida emenda suprimiu o termo “da atividade-fim” do inciso I do parágrafo único do art. 2º da proposição.

Nesta Comissão, encerrado o prazo de 5 sessões, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cumpre que esta Comissão, em conformidade com o disposto na alínea “a” do inciso IV, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.048/2024, bem como da emenda adotada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

No âmbito da constitucionalidade formal, são analisados os aspectos concernentes à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e à adequação do meio utilizado para a veiculação da matéria.

A matéria é atribuída à União no âmbito da competência legislativa privativa, nos termos do disposto no art. 22, XXI, da Constituição Federal, segundo o qual compete à União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. Sendo assim, a matéria também é atribuída ao Congresso Nacional, nos termos do *caput* do art. 48, que lhe incumbe dispor sobre todas as matérias de competência da União.

É legítima a iniciativa parlamentar, em conformidade com o disposto no art. 61, *caput*, da Constituição Federal, considerando não incidir sobre a matéria nenhuma reserva de iniciativa. Ademais, revela-se adequada a sua veiculação por projeto de lei ordinária, não havendo exigência constitucional de lei complementar ou outra espécie normativa para a disciplina do assunto.



No que tange à constitucionalidade material, não constatamos nenhuma ofensa às normas constitucionais vigentes. De igual modo, as proposições são dotadas de juridicidade, vez que inovam o ordenamento jurídico e respeitam os princípios gerais do direito.

A propósito, nos termos do art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Assim, um projeto de lei que versa sobre critérios objetivos para composição dos efetivos, como proporção populacional, índice de criminalidade, extensão territorial, densidade urbana e capacidade orçamentária, situa-se no campo da normatização geral e da gestão racional de recursos humanos, respeitando o pacto federativo e o princípio da descentralização administrativa.

Quanto à técnica legislativa e redação, as proposições examinadas atendem adequadamente aos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em face do exposto, cumprimentado o Deputado GENERAL PAZUELLO pela louvável iniciativa, concluímos o nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa Projeto de Lei nº 2.048/2024, bem como da emenda adotada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada BIA KICIS
Relatora

